

**RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO REFERENTE AO EXERCÍCIO FINDO EM 31/12/2016 (Em milhares de reais, exceto quando especificado)**

**Carta do Diretor de Relações com Investidores** Srs. Acionistas, Submetemos para apreciação, os presentes Comentários de Desempenho e as Demonstrações financeiras da Linhas de Xingu Transmissora de Energia S/A ("Xingu" ou "Cia."), com Relatório dos Auditores Independentes, referentes ao exercício em 31/12/2016. A Cia. registrou em 31/12/2016 um resultado operacional de R\$ 237.384. Por outro lado, o resultado financeiro negativo foi de R\$ 96.862. Com isso, o lucro líquido no exercício de 2016 foi de R\$ 78.561, em consonância com o orçamento da Cia. e as expectativas da diretoria. A Cia. apresentou, em 2016, condições financeiras e patrimoniais adequadas para desenvolver as suas atividades, implementar seu plano de negócios e cumprir suas obrigações de curto, médio e longo prazo. A Linhas de Xingu Transmissora de Energia S/A reafirma o seu compromisso de desenvolvimento do país, ao mesmo tempo em que agradece a todos os seus Acionistas, Conselho de Administração, colaboradores, clientes, fornecedores e os Governos Municipais, Estadual e Federal. **Juan Ramon Jimenez Mogollon - Diretor de Relações com Investidores. Histórico.** A Linhas de Xingu Transmissora de Energia S/A ("Xingu" ou "Cia."), S/A de capital aberto, foi constituída em 7/07/2008 e está estabelecida no RJ, com filial no Pará. A Xingu é uma concessionária do serviço público de transmissão de energia elétrica, sendo controlada diretamente pela Isolux Energia e Participações S/A e indiretamente controlada pelo Grupo Isolux Corsán que atua desde o ano 2000 no setor de transmissão de energia elétrica em diversos países. A Isolux Corsán, gere 6.811 quilômetros de linhas no Brasil, na Índia e Peru. No Brasil, constrói e opera 4.703 quilômetros de linhas de alta tensão e subestações associadas. A Cia. tem por objetivo social exclusivo a exploração de concessões de serviços públicos de transmissão, prestados mediante a implantação, construção, operação e manutenção de instalações de transmissão, incluindo os serviços de apoio e administrativos, provisão de equipamentos e materiais de reserva, programação, medições e demais serviços complementares necessários à transmissão de energia elétrica, segundo os padrões estabelecidos na legislação e regulamentos. No dia 16/10/2008, a Cia. assinou com a União, representada pela Agência Nacional de Energia Elétrica ("ANEEL"), o Contrato de Concessão nº 008/08 - ANEEL, que regula a Concessão de Serviço Público de Transmissão, pelo prazo de 30 anos, para implantação, operação e manutenção das instalações de transmissão de energia elétrica, compostas pela linha de transmissão em 500 kV, circuito duplo, com extensão aproximada de 264,8 km, com origem na subestação Tucuruí e término na subestação Xingu, ambas localizadas no estado do Pará; pela linha de transmissão em 500 kV, circuito duplo, com extensão aproximada de 243,5 km, com origem na subestação Xingu e término na subestação Jurupari, localizada no estado do Pará; pela subestação Xinguem 500kV e pela subestação Jurupari em 500/230 kV (900 MVA). Compreende ainda entradas de linha, barramentos, módulos gerais, reatores de linha e de barra, bancos de capacitores em série e em derivação, compensador estático, instalações vinculadas e demais instalações necessárias às funções de medição, supervisão, proteção, comando, controle, telecomunicação, administração e apoio. O Contrato estabelece uma Receita

Anual Permitida ("RAP") de R\$ 74.300, sendo reajustada anualmente pela ANEEL. A Res. homologatória nº 2.098, reajustou a RAP para o período de 1º/06/2016 a 30/06/2017 para R\$ 118.645. **Desempenho Operacional. Transmissão de Energia - Operação.** Dentro das obrigações do Contrato de Concessão, a PLENA - Operação e Manutenção de Transmissoras de Energia, uma empresa também controlada diretamente pela Isolux Energia e Participações S/A, é a responsável pela operação e manutenção das instalações de transmissão de energia elétrica. A PLENA possui vasta experiência atuando desde a entrada em operação das 1ªs linhas de transmissão da Isolux em dezembro de 2002. Segue em contínua expansão tendo implantado em 2014 seu próprio Centro de Operação Remoto do Sistema atuando na Gestão centralizada dos ativos de transmissão. As funções de transmissão da LXTE estiveram disponíveis em dezembro de 2016 acima de 99,77% do tempo mensal, registrando um acumulado acima de 99,74% no ano de 2016 e acima de 99,74% nos últimos 12 meses, conforme demonstrado na tabela abaixo e comparado com 2015.

CONC.	Função transmissão (por tipo e nível de tensão)	Disponibilidade			
		2015	2016	Jan/16 a dez/16	Dezembro/16
	LT 500 kV	99,9435%	99,9413%	99,9413%	99,7760%
	BCT 500kV	99,8862%	99,8291%	99,8291%	100,0000%
	RT 500 kV	100,0000%	99,9234%	99,9234%	100,0000%
	ATR 500/230 kV	99,7706%	99,9048%	99,9048%	100,0000%
LXTE	CE 500 kV	99,5265%	99,7496%	99,7496%	99,9980%

A Linha de Transmissão sofreu 3 desligamentos automáticos em dezembro de 2016, resultando nos indicadores da tabela abaixo para o período acumulado dos últimos 12 meses e comparado com 2015.

CONC.	Função transmissão (por tipo e nível de tensão)	Taxa de falha			
		2015	2016	Jan/16 a dez/16	dez/16
	LT 500 kV	2,17	1,58	1,68	0,2
	BCT 500kV	1,33	1	1	0
	RT 500 kV	0	0	0	0
LXTE	ATR 500/230 kV	2	3,67	3,67	0
	CE 500 kV	7	6	6	1

**Desempenho Econômico-Financeiro.** As Demonstrações financeiras em 31 de dezembro são apresentadas de acordo com o CPC 21 e o IAS 1. A Cia. aplicou as práticas contábeis definidas na nota explicativa nº 27 das demonstrações financeiras, em todos os exercícios apresentados. Na preparação destas demonstrações financeiras, a Cia. adotou ainda todos os pronunciamentos e respectivas interpretações técnicas e orientações técnicas emitidas pelo CPC e aprovados pelo CFC, que juntamente com as práticas contábeis incluídas na legislação societária brasileira são denominados como práticas contábeis adotadas no Brasil. Abaixo, apresentamos tabelas e explicações sobre as alterações significativas nas demonstrações de resultado da Cia. (em milhares de reais):

**Demonstração do resultado Exercícios findos em 31/12**  
**Em MR\$, exceto o lucro líquido por ação**

	2016	2015
<b>Receita líquida (Nota 22)</b>	237.384	286.204
Custo dos bens construídos e de operação e manutenção (Nota 23)	(9.439)	(13.147)
<b>Lucro bruto</b>	227.945	273.057
Gerais e administrativas (Nota 23)	(12.051)	(14.046)
<b>Lucro operacional</b>	215.894	259.011
Despesas financeiras (Nota 24)	(98.433)	(98.619)
Receitas financeiras (Nota 24)	1.571	1.999
<b>Receitas (despesas) financeiras, líquidas</b>	(96.862)	(96.620)
<b>Lucro antes do IR e da contribuição social</b>	119.032	162.391
IR e contribuição social diferidos (Nota 19)	(40.471)	(56.349)
<b>Lucro líquido do exercício</b>	78.561	106.042
<b>Lucro por lote de mil ações - R\$</b>	135,69	194,91

Demonstração do resultado abrangente Exercícios findos em 31/12		
	2016	2015
<b>Lucro líquido do exercício</b>	78.561	106.042
<b>Total do resultado abrangente do exercício</b>	78.561	106.042
<b>Demonstração do valor adicionado Exercícios findos em 31/12 Em MR\$</b>		
	2016	2015
<b>Receitas</b>	267.617	320.885
Vendas de mercadorias, produtos e serviços (Nota 21)	(9.439)	(13.147)
<b>Insumos recebidos (adquiridos) de terceiros</b>	(9.059)	(11.494)
Custo dos bens construídos e serviços prestados (Nota 23)	249.119	296.243
Serviço de terceiro (Nota 23)	249.119	296.243
<b>Valor adicionado bruto</b>	249.119	296.243
<b>Valor adicionado líquido produzido pela Cia.</b>	1.571	1.999
<b>Valor adicionado recebido em transferência</b>	250.690	298.242
Receitas financeiras (Nota 24)	1.571	1.999
<b>Valor adicionado total a distribuir</b>	250.690	298.242
<b>Distribuição do valor adicionado</b>		
Pessoal	(2.992)	(2.552)
Impostos, taxas e contribuições	(70.703)	(91.029)
Juros e variações cambiais (Nota 24)	(98.433)	(98.619)
Outros	(1)	(1)
Lucros retidos no exercício	(78.561)	(106.042)
<b>Valor adicionado retido</b>	(250.690)	(298.242)

que o ativo financeiro ou o grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e os prejuízos de *impairment* são incorridos somente se há evidência objetiva de *impairment* com resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda") e aquele evento (ou eventos) de perda tem impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável. Para o exercício 31/12/16 e 2015, não foram identificados pela administração evidências objetivas que pudessem justificar o registro de perdas de *impairment* tanto para ativos financeiros quanto para ativos não financeiros. **b) Base de determinação do ativo financeiro de concessão.** A Cia. adotou a premissa que os bens são reversíveis no final da concessão, com direito de recebimento integral de indenização (caixa) do poder concedente sobre os investimentos ainda não amortizados. Existe discussão de interpretação legal e regulatória sobre qual contrato de concessão tem direito à indenização. Para contratos assinados após 1995 existem diversas interpretações sobre o direito ou não de receber indenização no processo de reversão dos bens no final da concessão. A discussão específica é se o valor residual do custo do projeto básico/original também terá direito à indenização ou somente as adições/investimentos posteriores realizados após a construção do projeto básico/original o terá, desde que aprovados pelo poder concedente. Com base nas disposições contratuais e nas interpretações dos aspectos legais e regulatórios, a Cia. adotou a premissa de que será indenizada pelo projeto básico e investimentos posteriores. As estimativas e premissas subjacentes são revisadas continuamente. Os efeitos decorrentes das revisões feitas às estimativas contábeis são reconhecidos no período em que as estimativas são revistas, se a revisão afetar apenas este período, ou também em períodos posteriores se a revisão afetar tanto o período presente como períodos futuros. **c) Valor justo de derivativos e outros instrumentos financeiros.** O valor justo de instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. A Cia. usa seu julgamento para escolher diversos métodos e definir premissas que se baseiam principalmente nas condições de mercado existentes na data do balanço. **2.2 Julgamentos críticos na aplicação das políticas contábeis da entidade.** A seguir são apresentados os principais julgamentos efetuados pela Administração durante o processo de aplicação das políticas contábeis da Cia. e que mais afetam significativamente os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras. **a) Contabilização de contratos de concessão.** Na contabilização dos contratos de concessão, a Cia. efetua estimativas que envolvem o julgamento da Administração, substancialmente, no que diz respeito à aplicação da interpretação de contratos de concessão, determinação e classificação dos gastos de melhoria e construção como ativo financeiro. O tratamento contábil para o contrato de concessão e suas características estão descritos na nota explicativa nº 2.3. **b) Reconhecimento do ativo financeiro.** A Administração da Cia. avalia o momento de reconhecimento dos ativos financeiros com base nas características econômicas do contrato de concessão. A contabilização de adições subsequentes ao ativo financeiro somente ocorrerá quando da prestação de serviço de construção relacionado com ampliação, melhoria ou reforço da infraestrutura que represente potencial de geração de receita adicional. Para esses casos, a obrigação da construção não é reconhecida na assinatura do contrato, mas o será no momento da construção, com contrapartida de ativo financeiro. O ativo financeiro de indenização é reconhecido durante a construção, momento em que a Cia. entende ter direito ao recebimento da indenização, conforme condições do contrato de concessão. **c) Determinação da taxa efetiva de juros do ativo financeiro.** A taxa efetiva de juros é a taxa que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos de caixa futuros durante a vida esperada do instrumento. Se a entidade revisa as suas estimativas de pagamentos ou receitas, a quantia escriturada do ativo financeiro é ajustada para refletir os fluxos estimados de caixa reais e revisados, sendo o ajuste reconhecido como receita ou despesa no resultado no momento da mudança. **d) Determinação das receitas e custos de construção.** Quando a concessionária presta serviços de construção, é reconhecida a receita de construção pelo valor justo e seus respectivos custos relativos ao serviço de construção prestado. Caso a concessionária realize mais de um serviço (p.ex., serviços de construção ou de melhoria e serviços de operação) regidos por um único contrato, a remuneração a receber é alocada com base nos valores justos relativos dos serviços prestados. A determinação desses valores justos é baseada no julgamento e nas premissas da Administração. Quando for provável que os custos totais do contrato excederão a receita total do contrato, a perda esperada é reconhecida imediatamente como despesa. **e) Provisão para riscos.** As provisões para riscos são registradas com base na avaliação de risco efetuada pela Administração da Cia. com base nos relatórios preparados por seus consultores jurídicos. Essa avaliação de risco é feita com base em informações disponíveis na data de elaboração das informações anuais. Periodicamente, a Cia. revisa sua avaliação em decorrência do andamento dos processos e obtenção de novas informações. **f) Provisão para custos de construção.** Em caso de contrato oneroso, ou seja, quando for provável que os custos totais do contrato excederão a receita total do contrato, a perda esperada é reconhecida imediatamente como despesa contra uma provisão de custos de construção. **2.3 Contrato de concessão.** A Cia. adota e utiliza para fins de classificação e mensuração das atividades de concessão as previsões da interpretação ICPC 01 emitida pelo CPC. Esta interpretação orienta os concessionários sobre a forma de contabilização de concessões de serviços públicos a entidades privadas. Esta interpretação é aplicável a concessões de serviços públicos a entidades privadas caso: (i) O concedente controle ou regulamente quais serviços o concessionário deve prestar com a infraestrutura, a quem os serviços devem ser prestados e o seu preço; e (ii) O concedente controle - por meio de titularidade, usufruto ou de outra forma - qualquer participação residual significativa na infraestrutura no final do prazo da concessão. Para os contratos de concessão qualificados para a aplicação do ICPC 01, a infraestrutura construída ou melhorada pelo operador não é registrada como ativo imobilizado do próprio operador porque o contrato de concessão não transfere ao concessionário o direito de controle do uso da infraestrutura de serviços públicos. É prevista apenas a cessão de posse desses bens para realização dos serviços públicos, sendo eles revertidos ao concedente após o encerramento do respectivo contrato. O concessionário tem direito para operar a infraestrutura para a pres-

Demonstrações do resultado (em milhares de R\$, exceto percentuais)	Em 31 de dezembro			% Variação 2015/2016
	2016	% Total ROL	2015	
<b>Receita operacional líquida</b>	237.384	100,00%	286.204	100,00%
Custo dos serviços prestados	(9.439)	(3,98)%	(13.147)	(4,59)%
<b>Lucro bruto</b>	227.945	96,02%	273.057	95,41%
<b>(Despesas) receitas operacionais</b>				
Gerais e administrativas	(12.051)	(5,08)%	(14.046)	(4,91)%
<b>Lucro operacional antes do resultado financeiro</b>	215.894	90,95%	259.011	90,50%
Receitas financeiras	1.571	0,66%	1.999	0,70%
Despesas financeiras	(98.433)	(41,47)%	(98.619)	(34,46)%
Resultado financeiro, líquido	(96.862)	(40,80)%	(96.620)	(33,76)%
<b>Lucro antes do IR e contribuição social</b>	119.032	50,14%	162.391	56,74%
IR e contribuição social	(40.471)	(17,05)%	(56.349)	(19,69)%
<b>Lucro líquido do exercício</b>	78.561	37,09%	106.042	37,05%

A receita operacional líquida reduziu 17,06%, atingindo R\$ 237.384 em dezembro de 2016 se comparada com R\$ 286.204 em 31/12/2015. A redução na receita, deve-se substancialmente à receita auferida em 2015 referente à atualização nas receitas de fibra ótica. As receitas de remuneração do ativo financeiro somaram R\$ 250.151 em dezembro de 2016, comparada com R\$ 288.469 no mesmo período de 2015, onde a redução está relacionada ao ajuste na receita de fibra ótica que foi auferida em 2015 comentada acima. As receitas de operação e manutenção aumentaram 5%, totalizando R\$ 15.415 em dezembro de 2016, comparada com R\$ 14.755 em dezembro de 2016. As despesas financeiras aumentaram em 0,19%, atingindo R\$ 98.433 em dezembro de 2016 contra R\$ 98.619 em dezembro de 2015, não apresentando grandes variações. Em decorrência dos fatores mencionados acima, a Cia. apresentou um lucro líquido no exercício de R\$ 78.561. **Composição Acionária.** O capital social subscrito e integralizado da Cia. é de R\$ 578.968, representado por 578.968 milhões de ações ordinárias. A Cia. é diretamente controlada pela empresa *holding* Isolux Energia e Participações S/A, que detém 91% do seu capital social. Os outros 9% são detidos pelo Fundo de Desenvolvimento da Amazônia. A Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia – SUDAM, a pedido da Linhas de Xingu Transmissora de Energia S/A optou por converter em ações ordinárias, com direito a voto, duas parcelas semestrais, que foram subscritas em favor do Fundo de Desenvolvimento da Amazônia – FDA no valor de R\$ 51.647 (2015 - R\$ 24.062 correspondentes à parcela de outubro). Do total do valor convertido em 2016, R\$ 34.931 (2015 - R\$ 16.917) foram destinados à conta de Capital Social e R\$ 16.716 (2015 - R\$ 7.145) destinados à conta de Reserva de Capital. **Auditores Independentes.** Em conformidade com o disposto na Instrução CVM 381, de 14/01/2003, a Cia. declara que mantém contratada a Chronus Auditores Independentes para a prestação de serviços de auditoria externa e suas demonstrações contábeis, bem como para a revisão de informações contábeis em atendimento às exigências do Órgão Regulador ANEEL, e de contratos de financiamentos, para o exercício 2016. A Chronus Auditores Independentes desde então prestou serviços não relacionados à auditoria independente que superassem 5% do valor do contrato. A política de atuação da Cia., quanto à contratação de serviços não relacionados à auditoria externa junto à empresa de auditoria se fundamenta nos princípios que preservam a independência do auditor.

**Demonstração dos fluxos de caixa - Em MR\$**

	2016	2015
--	------	------

Fluxos de caixa das atividades operacionais		
	2016	2015
<b>Lucro líquido do exercício</b>	78.561	106.042
Ajustes		
IR e contribuição social diferidos	40.471	56.349
Pis e Cofins diferidos	11.563	16.230
Resultado financeiro ativo financeiro da concessão	(250.151)	(288.469)
Juros dos empréstimos	94.265	93.613
Provisões	86	(814)
Outros	1.023	1.265
(Aumento) redução nos ativos e passivos operacionais		
Impostos a recuperar	(5)	(393)
Clientes	(933)	(1.265)
Adiantamentos a fornecedores	13.630	3.994
Despesas antecipadas	(2)	370
Depósitos judiciais	(390)	8.735
Outros ativos	(4.422)	1.130
Fornecedores	(5.948)	(11.945)
Partes relacionadas	16.053	(1.903)
Impostos e contribuições a recolher	(3.495)	4.646
Outros passivos	(904)	(86)
<b>Caixa aplicado nas operações</b>	(10.598)	(12.501)
Juros pagos	(38.375)	(55.054)
<b>Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais</b>	(48.973)	(68.820)
<b>Fluxos de caixa das atividades de investimento</b>		
Ativo financeiro – recebimentos	128.690	118.156
Ativo financeiro – concessão		(4.676)
Caixa restrito	(1.828)	(7.684)
Títulos de renda fixa	213	(715)
<b>Caixa líquido gerado pelas atividades de investimento</b>	127.075	105.081
<b>Fluxos de caixa das atividades de financiamento</b>		
Ingressos de empréstimos	5.000	113.720
Pagamento de principal	(63.452)	(158.588)
Adiantamento para futuro aumento de capital	(7.147)	7.147
<b>Caixa líquido aplicado pelas atividades de investimento</b>	(65.599)	(37.721)
<b>Aumento (Redução) do caixa e equivalentes de caixa</b>	12.503	(195)
<b>Caixa e equiv. de caixa no início do período (Nota 5)</b>	2.429	2.624
<b>Caixa e equiv. de caixa no final do período (Nota 5)</b>	14.932	2.429
As transações das atividades de investimento e financiamento que não impactaram caixa estão apresentadas na Nota 25 a).		

**Demonstração das mutações no patrimônio líquido Em MR\$**

	Reserva			Lucros acumulados	Total
	Capital social	Re-reserva legal	Reserva de dividendos		
<b>Em 31/12/14</b>	527.120	5.621	-	106.799	639.540
Extinção de passivo com emissão de instrumento de patrimônio:					
Alocado em capital social	16.917	-	-	-	16.917
Alocado em reserva de capital	-	-	7.145	-	7.145
Lucro líquido do exercício	-	-	-	106.042	106.042
Destinação do lucro do exercício	-	5.302	-	100.740	(106.042)
<b>Em 31/12/15</b>	544.037	10.923	7.145	207.539	769.644
Extinção de passivo com emissão de instrumento de patrimônio:					
Alocado em capital social (Nota 21)	34.931	-	-	-	34.931
Alocado em reserva de capital (Nota 21)	-	-	16.716	-	16.716
Lucro líquido do exercício	-	-	-	78.561	78.561
Destinação do lucro do exercício	-	3.928	-	74.633	(78.561)
<b>Em 31/12/16 (Nota 20)</b>	578.968	14.851	23.861	282.172	899.852

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

tação dos serviços públicos em nome do concedente, nas condições previstas no contrato. Assim, nos termos dos contratos de concessão dentro do alcance do ICPC 01, o concessionário atua como prestador de serviço. O concessionário constrói ou melhora a infraestrutura (serviços de construção ou melhoria) usada para prestar um serviço público e opera e mantém essa infraestrutura (serviços de operação) durante determinado prazo. O concessionário deve contabilizar receitas e custos relativos a serviços de construção ou de melhoria de acordo com os Pronunciamentos Técnicos CPC 17 - Contratos de Construção e CPC 30 - Receitas. Caso o concessionário realize mais de um serviço (p.ex., serviços de construção ou melhoria e serviços de operação) regidos por um único contrato, a remuneração recebida ou a receber deve ser alocada com base nos valores justos relativos dos serviços prestados caso os valores sejam identificáveis separadamente. Assim, a contrapartida pelos serviços de construção ou melhorias efetuadas nos ativos da concessão passa a ser classificada como ativo financeiro, ativo intangível ou ambos. O ativo financeiro se origina na medida em que o concessionário tem o direito contratual incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro do concedente pelos serviços de construção; o concedente tem pouca ou nenhuma opção para evitar o pagamento, normalmente porque o contrato é executável por lei. O concessionário tem o direito incondicional de receber caixa se o concedente garantir em contrato o pagamento a) de valores preestabelecidos ou determináveis ou b) insuficiência, se houver, dos valores recebidos dos usuários dos serviços públicos com relação aos valores preestabelecidos ou determináveis, mesmo se o pagamento estiver condicionado à garantia pelo concessionário de que a infraestrutura atende a requisitos específicos de qualidade ou eficiência. Os critérios utilizados para a adoção da interpretação da concessão detida pela Cia. são descritos abaixo. A interpretação ICPC 01 foi considerada aplicável ao contrato de serviço público-privado em que a Cia. faz parte. A concessão foi classificada dentro do modelo de ativo financeiro, sendo o reconhecimento da receita e custos das obras relacionadas à formação do ativo financeiro através do método de percentual de evolução. O modelo que melhor reflete o negócio de transmissão de energia elétrica é o modelo ativo financeiro, pois: (i) A Receita Anual Permitida, assegurada anualmente, contempla a construção, a operação e a manutenção e é auferida pela disponibilização da infraestrutura e não por sua utilização pelos usuários, portanto não existe risco de demanda para a empresa de transmissão; e (ii) O poder concedente delegou aos usuários da rede de transmissão o pagamento mensal da RAP, que por ser garantida pelo arcabouço regulatório de transmissão, constitui-se em direito contratual incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro. O valor a receber referente à indenização dos ativos ao final da concessão é apurado quando a construção é finalizada, consequentemente reconhecido pela ANEEL e então incluído no ativo financeiro relacionado aos serviços de construção. Conforme definido nos contratos, a extinção da concessão determinará, de pleno direito, a reversão ao poder concedente dos bens vinculados ao serviço, procedendo-se os levantamentos e avaliações, bem como a determinação do montante da indenização devida à concessionária, observados os valores e as datas de sua incorporação ao sistema elétrico. A Cia. considera que a indenização a ser realizada pela ANEEL será pelo valor líquido do investimento realizado na construção.

	31/12/16	31/12/15
Valor do ativo financeiro	2.164.138	2.042.677
Margem de construção (%)	2	2
Inflação prevista (%)	4,5	4,5
Taxa de remuneração do contrato (%)	7,15	7,15

Balancos patrimoniais Em MR\$		
	31/12/16	31/12/15
<b>Ativo</b>	2.239.111	2.116.965
Circulante	166.403	150.165
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 6)	14.932	2.429
Clientes (Nota 8)	20.610	19.677
Impostos a recuperar	2.104	2.099
Ativo financeiro - concessão (Nota 10)	127.212	123.937
Despesas pagas antecipadamente (Nota 13)	500	498
Outros ativos	1.045	1.525
Não circulante	2.072.708	1.966.800
Realizável em LP	2.066.456	1.959.895
Ativo financeiro - concessão (Nota		

**3 Gestão de risco financeiro. 3.1 Fatores de risco financeiro. a) Risco de mercado.** A utilização de instrumentos financeiros pela Cia. tem como objetivo proteger seus ativos e passivos, minimizando a exposição a riscos de mercado, principalmente no que diz respeito às oscilações de taxas de juros, índices de preços e moedas. A Cia. não tem pactuado contratos de derivativos para fazer *hedge* contra esses riscos, porém, estes são monitorados pela Administração, que periodicamente avalia a exposição da Cia. e propõe estratégia operacional, sistema de controle, limite de posição e limites de créditos com os demais parceiros do mercado. A Cia. também não pratica aplicações de caráter especulativo ou quaisquer outros ativos de risco. Os principais riscos de mercado os quais a Cia. está exposta são os seguintes: • Riscos relacionados às aplicações financeiras. A Cia. adota política conservadora de aplicação dos recursos, sendo que a maior parte destes é alocada em certificados de depósitos bancários. • Riscos relacionados às taxas de juros. A Cia. está exposta a riscos relacionados à taxa de juros um a vez que possui debêntures e financiamentos com taxas de juros pós-fixadas. **b) Risco de crédito.** Salvo pelo ativo financeiro e pelas contas a receber de clientes, a Cia. não possui outros saldos a receber de terceiros contabilizados neste exercício. Por esse fato, esse risco é considerado baixo. A RAP de uma empresa de transmissão é recebida das empresas que utilizam sua infraestrutura por meio de tarifa de uso do sistema de transmissão (TUST). Essa tarifa resulta do rateio entre os usuários do Sistema Interligado Nacional (SIN) de alguns valores específicos: (i) a RAP de todas as transmissoras; (ii) os serviços prestados pelo ONS; e (iii) os encargos regulatórios. O poder concedente delegou às geradoras, distribuidoras, consumidores livres, exportadores e importadores o pagamento mensal da RAP, que por ser garantida pelo arcabouço regulatório de transmissão, constitui-se em direito contratual incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro, deste modo o risco de crédito é baixo. **c) Risco de liquidez.** A previsão de fluxo de caixa é realizada pela Cia., sendo sua projeção monitorada continuamente, a fim de garantir e assegurar as exigências de liquidez, os limites ou cláusulas dos contratos de empréstimos e caixa suficiente para atendimento às necessidades operacionais do negócio. O excesso de caixa gerado pela Cia. é investido em contas correntes com incidência de juros, depósitos a prazo e depósitos de curto prazo, escolhendo instrumentos com vencimentos apropriados ou liquidez suficiente para fornecer margem, conforme determinado pelas previsões acima mencionadas. A tabela a seguir analisa os passivos financeiros não derivativos da Cia., por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente entre a data do balanço patrimonial e a data contratual do vencimento. Os valores divulgados na tabela são os fluxos de caixa não descontados contratados.

	Inferior a um ano	Um a três anos	Três a cinco anos	Superior a cinco anos	Total
Fornecedores	15.959	-	-	-	15.959
Empréstimos e financiamentos	124.250	153.350	119.889	541.715	939.204
	<u>166.569</u>	<u>153.350</u>	<u>119.889</u>	<u>541.715</u>	<u>955.163</u>

**d) Análise de sensibilidade adicional requerida pela CVM.** Apresentamos a seguir os impactos que seriam gerados por mudanças nas variáveis de riscos pertinentes às quais a Cia. está exposta no final do exercício. As variáveis de riscos relevantes para a Cia. no exercício, levando em consideração o período projetado de três meses para essa avaliação são sua exposição à flutuação nas taxas de juros. A administração entende que o cenário provável é uma variação de 0,5% nas taxas de juros, conforme expectativa de mercado. Os demais fatores de riscos foram considerados irrelevantes para o resultado de instrumentos financeiros.

Indicadores	Ativo	Passivo	Taxa Efeito estimado	
			Ativo efetiva no lucro líquido e (passivo) do período	patrimônio líquido do para 31/12/16
Cenário provável				
Risco de taxa de juros				
CDI (Média 94%)	14.281	-	14.281	12,83
TR + 0,5%	3.977	-	3.977	7,50
99% CDI	9.512	-	9.512	13,51
TJLP + 1%	(662.956)	(662.956)	8,50	(56.351)
Taxa fixa 8,5% anual	(190.722)	(190.722)	8,50	(16.211)
CDI + 7,18%	(33.334)	(33.334)	20,84	(6.939)
CDI + 7,18%	(5.199)	(5.199)	20,84	(1.022)
CDI + 6,80% a.a.	(17.085)	(17.085)	20,45	(3.491)
CDI + 6,5%	(27.448)	(27.448)	20,15	(5.525)
27,5% a.a.	(2.459)	(2.459)	27,57	(678)
				<u>(86.862)</u>

Cenário 1				
Risco de taxa de juros				
CDI (Média 94%)	14.281	-	14.281	16,04
TR + 0,5%	3.977	-	3.977	9,38
99% CDI	9.512	-	9.512	16,89
TJLP + 1%	(662.956)	(662.956)	10,63	(70.439)
Taxa fixa 8,5% anual	(190.722)	(190.722)	10,63	(20.264)
CDI + 7,18%	(33.334)	(33.334)	26,05	(8.682)
CDI + 7,18%	(5.199)	(5.199)	26,05	(1.354)
CDI + 6,80% a.a.	(17.085)	(17.085)	25,57	(4.368)
CDI + 6,5%	(27.448)	(27.448)	25,96	(6.913)
27,5% a.a.	(2.459)	(2.459)	34,46	(847)
				<u>(108.597)</u>

Cenário 2				
Risco de taxa de juros				
CDI (Média 94%)	14.281	-	14.281	19,25
TR + 0,5%	3.977	-	3.977	11,25
99% CDI	9.512	-	9.512	20,27
TJLP + 1%	(662.956)	(662.956)	12,75	(84.527)
Taxa fixa 8,5% anual	(190.722)	(190.722)	12,75	(24.317)
CDI + 7,18%	(33.334)	(33.334)	31,25	(10.408)
CDI + 7,18%	(5.199)	(5.199)	31,25	(1.625)
CDI + 6,80% a.a.	(17.085)	(17.085)	30,68	(5.242)
CDI + 6,5%	(27.448)	(27.448)	30,23	(8.296)
27,5% a.a.	(2.459)	(2.459)	41,36	(1.017)
				<u>(130.318)</u>

**e) Risco de taxa de juros.** A Cia. está exposta ao risco que uma variação de taxa de juros cause um aumento na sua despesa financeira com pagamentos de juros futuros. A dívida está sujeita da variação do CDI, juros pré-fixados e TJLP. **3.2 Gestão de capital.** Os objetivos da Cia. ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo. Para manter ou ajustar a estrutura de capital da Cia., a administração pode, ou propõe, nos casos em que os acionistas têm de aprovar, rever a política de pagamento de dividendos, devolver capital aos acionistas ou, ainda, emitir novas ações ou vender ativos para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento. Condizente com outras Cias. do setor, a Cia. monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida expressa como percentual do capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos (incluindo empréstimos de curto e LP, conforme demonstrado no balanço patrimonial consolidado), subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial consolidado, com a dívida líquida. Os índices de alavancagem financeira podem ser assim resumidos:

	31/12/16	31/12/15
Total dos empréstimos e financiamentos (Nota 14)	924.885	978.068
Menos: caixa e equivalentes de caixa (Nota 5)	(14.932)	(10.113)
Dívida líquida	909.953	967.955
Total do patrimônio líquido	899.852	769.644
Total do capital	1.809.805	1.737.599
Índice de alavancagem financeira - %	50	56

A redução no índice de alavancagem financeira em 2016 foi decorrente da redução do valor da dívida da Cia. e do aumento de capital. **3.3 Estimativa do valor justo.** A Cia. efetua uma análise dos instrumentos financeiros que são mensurados pelo valor justo após o reconhecimento inicial, agrupados nos Níveis 1 a 3 com base no grau observável do valor justo, em 31/12/16, conforme abaixo demonstrado: • Mensurações de valor justo de Nível 1 são obtidas de preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos. • Mensurações de valor justo de Nível 2 são obtidas por meio de outras variáveis além dos preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo diretamente (ou seja, como preços) ou indiretamente (ou seja, com base em preços). • Mensurações de valor justo de Nível 3 são as obtidas por meio de técnicas de avaliação que incluem variáveis para o ativo ou passivo, mas que não têm como base os dados observáveis de mercado (dados não observáveis). Em 31/12/16, a Cia. possui três ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado – os saldos de aplicação financeira, títulos de renda fixa e caixa restrito que montam, nesta data, respectivamente, R\$ 14.281, R\$ 3.977 e R\$ 9.512. São classificados como nível 2. **Seção C – Notas explicativas relevantes selecionadas. 4 Instrumentos financeiros por categoria**

	Mensurados ao valor justo por meio do resultado	Empréstimos e recebíveis	Total
Ativos financeiros			
Caixa e equivalentes de caixa	14.281	651	14.932
Ativo financeiro - concessão	-	2.164.138	2.164.138
Títulos e valores mobiliários	3.977	-	3.977
Caixa restrito	9.512	-	9.512
Depósitos judiciais	-	9.930	9.930
	<u>27.770</u>	<u>2.174.719</u>	<u>2.202.489</u>
Passivos financeiros			
Empréstimos e financiamentos		924.883	924.883
Partes relacionadas		16.109	16.109
Provisões		3.458	3.458
Fornecedores e outros passivos		15.959	15.959
		<u>960.409</u>	<u>960.409</u>

**a) Ativo financeiro da concessão.** Refere-se ao ativo financeiro a receber pela Cia. no âmbito das concessões de transmissão de energia elétrica. O contrato de concessão regulamenta a exploração dos serviços públicos de transmissão de energia elétrica pela Cia., onde: • O preço é regulado (tarifa) e denominado Receita Anual Permitida (RAP). A transmissora não pode negociar preços com usuários. O contrato tem sua RAP atualizada monetariamente por índice de preços uma vez por ano e revisada nos anos 5, 10 e 15 em função do custo de capital. Geralmente, a RAP de qualquer Cia. de transmissão está sujeita a revisão anual devido ao aumento do ativo e de gastos decorrentes de modificações, reforços e ampliações de instalações. • Os bens são reversíveis no final da concessão, com direito de recebimento de indenização (caixa) do poder concedente sobre os investimentos ainda não amortizados. Com base nas características estabelecidas no contrato de concessão de transmissão de energia elétrica da Cia., a Administração entende que estão atendidas as condições para a aplicação da Interpretação Técnica ICPC 01 - Contratos de Concessão, a qual fornece orientações sobre a contabilização de concessões de serviços públicos a operadores privados, de forma a refletir o negócio de transmissão de energia elétrica, abrangendo parcela estimada dos investimentos realizados e não amortizados ou depreciados até o final da concessão classificada como um ativo financeiro por ser um direito incondicional de receber caixa e outro ativo financeiro diretamente do poder concedente. Considerando que a Cia. não se encontra exposta a riscos de crédito e demanda e que a receita é auferida

com base na disponibilidade da linha de transmissão, toda infraestrutura foi registrada como ativo financeiro. O ativo financeiro inclui ainda a indenização que será efetuada com base nas parcelas dos investimentos vinculados a bens reversíveis, ainda não amortizados ou depreciados, que tenham sido realizados com o objetivo de garantir a continuidade e atualidade do serviço concedido. **b) Valorização dos instrumentos financeiros.** A Cia. opera com diversos instrumentos financeiros, com destaque para caixa e equivalentes de caixa, contas a pagar a fornecedores e financiamentos. Os valores registrados no ativo e no passivo circulante têm liquidez imediata ou vencimento, em sua maioria, em prazos inferiores a três meses. Considerando o prazo e as características desses instrumentos, que são sistematicamente renegociados, os valores contábeis aproximam-se dos valores justos. Os principais instrumentos financeiros ativos e passivos da Cia., em 31/12/16 estão descritos a seguir, bem como os critérios para sua valorização/ avaliação: **c) Caixa e equivalentes de caixa, outros ativos e fornecedores.** Os valores contabilizados aproximam-se dos de realização. **d) Financiamentos.** A Cia. possui operações de empréstimos e financiamentos que reúnem características próprias e contratadas com instituições que operam com crédito a LP (Banco da Amazônia S.A. e SUDAM). Não existe um mercado nacional consolidado de crédito de LP com as características dos financiamentos do Banco da Amazônia S.A., onde as ofertas de crédito com tais características de LP, normalmente estão Ltda. a estas instituições. O valor contabilizado dos empréstimos aproxima-se do valor justo em 31/12/16, pois a administração considera que não houve oscilação significativa nas taxas de mercado para aplicação nos financiamentos obtidos pela Cia. **5 Qualidade do crédito dos ativos financeiros.** A qualidade do crédito dos ativos financeiros que estão vencidos é avaliada mediante às informações históricas sobre os índices de inadimplência de contrapartes (Nota 2.1 a). Nenhum dos ativos financeiros totalmente adimplentes foi renegociado no último exercício.

	31/12/16	31/12/15
<b>6 Caixa e equivalentes de caixa</b>		
Caixa	-	85
Bancos	651	2.344
Aplicação financeira	14.281	-
	<u>14.932</u>	<u>2.429</u>

**7 Adiantamentos a fornecedores.** Em 31/12/16 e 2015, os saldos de adiantamentos a fornecedores vinculados à construção da infraestrutura do contrato inicial correspondem a:

	31/12/16	31/12/15
Materiais	10.833	10.521
Serviços	1.699	7.508
Outros	530	1.712
(-) Provisão para perda	(6.951)	-
	<u>6.111</u>	<u>19.741</u>

Em 2016, a Cia. efetuou uma provisão para perda, em virtude de saldos em aberto para fornecedores de materiais para os quais não possui expectativa de recuperação, impactando o saldo de adiantamentos a fornecedores.

**8 Clientes**

	31/12/2006	31/12/15
A vencer	15.202	16.280
Vencidas até 30 dias	56	156
Vencidas de 30 até 365 dias	2.115	1.661
Vencidas há mais de 365 dias	3.237	1.579
	<u>20.610</u>	<u>19.677</u>

A Cia. não registra provisão para créditos de liquidação duvidosa em relação a seus clientes, uma vez que, no caso de inadimplência, a Cia. como agente de transmissão, solicitou a ONS o acionamento centralizado de garantia bancária do usuário relativa ao contrato de constituição de garantia ou carta de fiança.

**9 Depósitos judiciais.** O saldo refere-se, basicamente, a depósitos judiciais trabalhistas realizados em grande parte no período de construção da linha de transmissão.

**10 Ativo financeiro - concessão**

	30/12/16	31/12/15
Ativo financeiro oriundo da concessão		
Circulante	127.212	123.937
Não circulante	2.036.926	1.918.740
	<u>2.164.138</u>	<u>2.042.677</u>

**Movimentação**

Saldo inicial em 1º de janeiro	2.042.677	1.867.689
Remuneração do ativo financeiro (i)	250.151	288.468
Receita de construção	-	4.676
Recebimento	(128.690)	(118.156)
	<u>2.164.138</u>	<u>2.042.677</u>

(i) Em 2015, foi registrado um ajuste referente à remuneração de receitas de compartilhamento de infraestrutura, que impactou positivamente as receitas neste ano. Apesar do índice de atualização do ativo financeiro em 2016 (9,32%) ter sido 10% maior em relação à 2015 (8,47%), o valor da remuneração do ativo financeiro ficou menor no período comparativo.

**11 Caixa restrito.** Refere-se à conta reserva estabelecida em garantia do contrato de empréstimo do FDA e FNO.

**Instituição financeira Tipo de aplicação**

	31/12/16	31/12/15
<b>31/12/16</b>		
Banco da Amazônia S.A. CDB	9.512	7.684
A aplicação é remunerada a 99% do CDI e tem vencimento em 14/05/18. A conta reserva deverá ter o valor equivalente a uma quota semestral do serviço da dívida vencida para o FDA e três meses do serviço da dívida vencida para o FNO. Em 2016, a Cia. reclassificou o saldo de caixa restrito de 2015 para adequação das demonstrações conforme descrito na nota 1.5. <b>12 Partes relacionadas.</b> O saldo de partes relacionadas refere-se, principalmente, ao pagamento de despesas da Linhas de Macapá Transmissora de Energia S.A. com a Isolux Engenharia S.A. e pela Isolux Projetos e Instalações LTDA.		
	<u>31/12/16</u>	<u>31/12/15</u>
Linhas de Macapá	-	16.119
Isolux Engenharia	(13.871)	(13.871)
Isolux Projetos	(1.026)	(948)
Outras empresas do Grupo	(1.213)	(1.148)
	<u>(16.109)</u>	<u>(56)</u>

**a) Remuneração do pessoal-chave da administração.** A remuneração paga por serviços do pessoal-chave da administração em 31/12/16 foi de R\$ 440 correspondente a salários e encargos. **13 Despesas pagas antecipadamente.** O saldo em 31/12/16 e 2015 refere-se principalmente ao saldo de seguros a apropriar. **14 Fornecedores.** O saldo em aberto de fornecedores refere-se principalmente ao fornecimento de cabos, torres e serviços de engenharia. Veja a composição do saldo abaixo:

	31/12/16	31/12/15
<b>31/12/16</b>		
Materiais	5.932	16.798
Serviços	8.706	8.673
Outros	1.321	1.991
	<u>15.959</u>	<u>27.462</u>

Durante o exercício de 2016, a Cia. renegociou e liquidou grande parte da dívida com seus fornecedores. Além disso, reclassificou um saldo de R\$ 5.555 conforme descrito na nota 1.5.

**15 Empréstimos e financiamentos**

	31/12/16	31/12/15
<b>31/12/16</b>		
Circulante		
Empréstimos bancários (i)	52.596	57.476
FDA e FNO (iii)	71.654	79.973
	<u>124.250</u>	<u>137.449</u>
Não circulante		
Empréstimos bancários (i)	32.929	72.209
FDA e FNO (iii)	782.025	783.753
Custo de Transação (ii)	(14.321)	(15.343)
	<u>800.633</u>	<u>840.619</u>
	<u>924.883</u>	<u>978.068</u>

Total dos empréstimos  
As posições dos empréstimos e financiamentos e das amortizações do saldo de LP, a partir de 2018 obedecem ao seguinte escalonamento anual, desconsiderando o custo de transação:

Período	Amortização não circulante
2018	84.568
2019	68.782
2020	59.945
2021	59.945
De 2021 em diante	541.174
	<u>814.915</u>

(i) As taxas de juros dos empréstimos variam entre 8% e 24% ao ano, incluindo o CDI e a TJLP quando aplicado ao contrato. (ii) **Custos de transação (comissões bancárias e IOF).** Estes custos são compostos por gastos com comissões bancárias e IOF pagas durante o exercício quando da captação dos financiamentos e alteram a taxa efetiva de juros dos contratos sendo reconhecido como despesas financeiras no resultado ao longo da vigência dos referidos créditos. (iii) **Créditos de LP.** A Cia. emitiu debêntures em 2010 (debêntures de primeira emissão privada conversíveis em dívida em quatro séries da espécie com garantia real e fidejussória) sendo 100% das debêntures subscritas pelo Fundo de Desenvolvimento da Amazônia, gerido pela Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia - SUDAM, com as seguintes características: Valor: R\$ 602.448 Prazo: 240 meses Encargos: TJLP + 1% a.a.

A primeira prestação foi paga em outubro de 2014 e as demais a cada seis meses, vencendo-se a última prestação em outubro de 2030. Em 30/12/10 foi assinado o contrato de financiamento com o Fundo Constitucional de Financiamento do Norte (FNO) gerido pelo Banco da Amazônia - BASA, nos seguintes termos: Valor: R\$ 151.017 Prazo: 240 meses Encargos: Fixo - 10% a.a. A primeira prestação foi paga no dia 10/03/15 e as demais no dia 10 dos meses subsequentes, vencendo-se a última prestação em janeiro de 2031.

(iv) **Garantias concedidas.** Fianças corporativas emitidas pela Isolux Energia e Participações S.A. e pelo Grupo Isolux Corsán S.A. Para os créditos de LP, foram dados em garantia os recebíveis do contrato de concessão e o penhor das ações. **16 Impostos e contribuições a recolher.** Em 31/12/16, os principais impostos e contribuições a recolher referem-se a retenções de terceiros e encargos relacionados à folha de pagamento.

	31/12/16	31/12/15
<b>17 Provisões</b>		
Provisão para custos de construção	669	1.500
Contingências a)	2.789	1.872
	<u>3.458</u>	<u>3.372</u>

**a) Contingências.** Além das contingências trabalhistas provisionadas por ter probabilidade de perda provável, a Cia. possui processos judiciais de natureza trabalhistas e cíveis com probabilidade de perda possível no montante aproximado de R\$ 40.405. As provisões foram registradas conforme relatório de assessores jurídicos. **18 PIS e COFINS diferidos.** Refere-se ao PIS e COFINS diferidos calculados sobre os efeitos da receita com construção dos ativos de concessão pela adoção do ICPC 01.

	PIS e COFINS diferidos
Em 31/12/14	177.555
Constituição em 2015	16.230
Em 31/12/15	193.785
Constituição em 2016	11.563
Em 31/12/16	<u>205.348</u>

**19 IR e contribuição social diferidos.** Em 31/12/16 e de 2015, a reconciliação das despesas de IR e de contribuição social apresentada no resultado era como segue:

	31/12/16	31/12/15
<b>a) Reconciliação das taxas efetivas e nominais</b>		
Lucreto antes do IR e contribuição social	119.032	162.391
Alí		

ou depreciados, que tenham sido realizados com o objetivo de garantir a continuidade e atualidade do serviço concedido. **27.4 Despesas antecipadas.** Os custos de transação relacionados à contratação dos empréstimos ficam como despesas antecipadas no ativo até o recebimento do empréstimo. A partir do recebimento, são transferidos para o passivo financeiro reduzindo o saldo inicial e alterando a taxa de juros. **27.5 Contas a pagar aos fornecedores.** As contas a pagar aos fornecedores são obrigadas a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano (ou no ciclo operacional normal dos negócios, ainda que mais longo). Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante. Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente. **27.6 Empréstimos e financiamentos.** Os empréstimos e financiamentos tomados são reconhecidos inicialmente no recebimento dos recursos líquidos dos custos de transação. Esses custos vão reduzir o saldo inicial e alterar a taxa de juros. Em seguida, os financiamentos tomados são apresentados pelo custo amortizado, isto é, acrescidos de encargos e juros proporcionais ao período incorrido ("pro rata temporis"). **27.7 Provisões.** As provisões são reconhecidas quando a Cia. tem uma obrigação presente, legal ou não formalizada, como resultado de eventos passados e é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor possa ser feita. **27.8 Demais ativos e passivos.** São demonstrados por valores conhecido ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes rendimentos (encargos) auferidos (incorridos) até a data do balanço. Estão classificados no ativo e passivo não circulante, respectivamente, os direitos realizáveis e as obrigações vencíveis após doze meses. **27.9 IR e contribuição social correntes e diferidos.** As despesas de IR e contribuição social do período compreendem os impostos correntes e diferidos. Os impostos sobre a renda são

## Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

**Opinião.** Examinamos as demonstrações financeiras da Linhas de Xingu Transmissora de Energia S.A. ("LXTE" ou "Cia."), que compreendem o balanço patrimonial em 31/12/16 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Linhas de Xingu Transmissora de Energia S.A. em 31/12/16, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB). **Base para opinião.** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Cia., de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Principais assuntos de auditoria.** Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

**1 – Indenização ao término do contrato de concessão (todos).** De acordo com o ICPD 01 (IFRIC 12), as infraestruturas desenvolvidas no âmbito dos contratos de concessão não são reconhecidas como ativos fixos tangíveis ou como uma locação financeira, uma vez que a concessionária não possui a propriedade, tampouco controla a utilização dessas infraestruturas, passando a ser reconhecidas de acordo com o tipo de compromisso de remuneração a ser recebida pela concessionária. No caso dos contratos de concessão de transmissão de energia, entende-se que a concessionária tem o direito incondicional de receber determinadas quantias monetárias independentemente do nível de utilização das infraestruturas pela concessão na utilização do modelo de ativo financeiro, classificado como recebíveis e registrado ao valor justo. As contas a receber – ativos financeiros – incluem os valores a receber decorrentes dos serviços de desenvolvimento de infraestrutura, da receita financeira e dos serviços de operação e manutenção, bem como o valor do ativo indenizável (bens resultantes de reforços e ampliações autorizados pelo poder concedente), referente ao montante que a concessionária terá direito quando do término do contrato de concessão. Conforme divulgado na nota explicativa 10 às demonstrações contábeis, em 31/12/16, a Cia. possui registrado ativos financeiros da Concessão no montante de R\$ 2.164.138 mil, que representam a infraestrutura da Concessão. **Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria.** Nossos procedimentos de auditoria envolveram, entre outros, a avaliação da eficácia operacional dos controles internos implementados pela Cia. sobre a contabilização dos investimentos em infraestrutura, incluindo o rateio dos custos indiretos, as políticas estabelecidas pela para tal contabilização e sua aplicabilidade às normas contábeis vigentes. A precisão histórica do cálculo oriundo do modelo do ativo financeiro, bem como suas principais premissas. Adicionalmente, avaliamos a adequação das divulgações da Cia. sobre este assunto. **2 – Extinção de dividas com emissão de instrumentos de patrimônio.** Conforme divulgado na

reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido. O IR e contribuição social diferidos são reconhecidos usando-se o método do passivo sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras. As alíquotas desses tributos, definidas atualmente para determinação desses créditos diferidos, são de 25% para o IR e de 9% para a contribuição social. Impostos diferidos ativos são reconhecidos na extensão em que seja possível que o lucro futuro tributável esteja disponível para ser utilizado na compensação das diferenças temporárias, com base em projeções de resultados futuros elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações. A análise dessa recuperação leva em consideração as atividades que serão efetuadas pela Cia. bem como as características respectivas do contrato de concessão que permitirão a realizações dos impostos diferidos ativos. **27.10 Reconhecimento de receita.** A receita relacionada aos serviços de construção ou melhoria sob o contrato de concessão de serviços é reconhecida com base no estágio de conclusão da obra realizada, de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 17 - Contratos de Construção. Receitas de operação ou serviço são reconhecidas no período no qual os serviços são prestados pela Cia. Quando a Cia. presta mais de um serviço em um contrato de concessão de serviços, a remuneração recebida é alocada por referência aos valores justos relativos dos serviços entregues. O detalhamento do reconhecimento da receita em conformidade com o ICPD 01 está descrito na Nota 2.2. A receita financeira é reconhecida quando for provável que os benefícios econômicos futuros deverão fluir para a Cia. e o valor da receita possa ser mensurado com confiabilidade. A receita de juros é reconhecida pelo método da taxa de juros efetiva sobre o montante do principal em aberto, sendo a taxa de juros efetiva aquela que desconta exatamente os recebimentos de caixa futuros estimados durante a vida estimada do ativo financeiro em relação

Nota 21 às demonstrações financeiras, em 31/12/16, a Cia. solicitou a Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia – SUDAM a conversão da dívida e seus respectivos encargos financeiros, referente as debêntures subscritas a favor do Fundo de Desenvolvimento da Amazônia – FDA, contraídos com o agente financeiro Banco da Amazônia S.A, em ações ordinárias com direito a voto. Devido a relevância e magnitude dos montantes envolvidos, consideramos esse assunto relevante para nossa auditoria. **Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria.** Nossos procedimentos de auditoria envolveram, entre outros, a avaliação e eficácia operacional implementados pela Cia. sobre a contabilização das debêntures convertidas em ações, recálculo dos montantes envolvidos, confrontos com base em documentação externa. Adicionalmente, avaliamos a adequação das divulgações da Cia. sobre este assunto. **3 – Cia. esta classificada como disponível para venda nas demonstrações financeiras do Acionista .** O grupo Isolux Corsan S.A. principal acionista indireto da Cia., vem classificando seus investimentos na América Latina, como disponíveis para venda. A perspectiva de comercialização desses ativos é considerada provável num futuro próximo, baseados em ofertas formais recebidas durante este exercício. Consideramos este assunto relevante para nossa auditoria. **Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria.** Nossos procedimentos de auditoria envolveram, entrevistas com a administração da Cia., documentação adequada para fundamentar o assunto, corroborando com o cenário atual apresentado pela empresa. **Outros assuntos – Demonstração do valor adicionado.** A demonstração do valor adicionado (DVA), referente ao exercício findo em 31/12/16, elaborada sob a responsabilidade da administração da Cia., e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Cia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente preparada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. **Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações financeiras.** Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Cia. continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras a não ser que a Administração pretenda liquidar a Cia. ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Cia. são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras.** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria

ao valor contábil líquido inicial deste ativo. **27.11 Encargos regulatórios.** Os montantes faturados pela Cia. estão sujeitos aos seguintes encargos regulatórios: • Reserva Geral de Reversão ("RGR") - encargo do setor elétrico pago mensalmente pelas empresas concessionárias de energia elétrica, com a finalidade de prover recursos para reversão, expansão e melhoria dos serviços públicos de energia elétrica. Seu valor anual equivale a 2,6% dos investimentos efetuados pela concessionária em ativos vinculados à prestação de serviço de eletricidade, limitado a 3% da receita anual. • Taxa de Fiscalização de Serviços de Energia Elétrica ("TFSEE") - taxa de fiscalização incidente sobre a transmissão de energia elétrica, devida mensalmente, sendo seu valor fixado pelos Despachos emitidos no início de cada ano pela ANEEL e proporcionais ao porte do serviço concedido considerando o valor econômico agregado pelo concessionário. Estes encargos são reconhecidos como componente da receita operacional líquida (ver Nota 22). **27.12 Extinção de passivos financeiros com instrumentos patrimoniais.** Quando a Cia. emite instrumentos patrimoniais próprios e os entrega a seus credores com o intuito de extinguir a totalidade ou parte de um passivo financeiro, tais instrumentos patrimoniais são inicialmente reconhecidos no patrimônio líquido, mensurados pelo seu valor justo. Se o valor justo dos instrumentos patrimoniais próprios emitidos não puderem ser mensurados, os instrumentos patrimoniais próprios devem ser mensurados pelo valor justo do passivo financeiro extinto. **27.13 Distribuição de dividendos.** A Cia. registra, em bases anuais, os dividendos mínimos obrigatórios como passivo, a menos que esse dividendo mínimo tenha sido efetivamente pago antes do encerramento do exercício. Dividendos complementares ao mínimo obrigatório são registrados como passivo na data em que seu pagamento for aprovado em Assembleia de Acionistas. Dividendos propostos pela Administração da Cia., em consonância com a Lei das S.A., são divulgados em nota explicativa.

Juan Ramon Jimenez Mogollon - Diretor Geral  
Manuel Alejandro Martinez Libreiro - Diretor Administrativo  
Luciana Brayer Ramos - Contador - CRC RJ – 110110/O-0

sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Cia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Cia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Cia. a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público. Rio de Janeiro, 24/02/17.

Chronus Auditores Independentes S/S - CRC-PE-000681/O S-RJ;  
Rosivam Pereira Diniz - Contadora CRC-PE-014050/O S-RJ;  
Marcelo Cardona Sobral - Contador CRC-PE-025908/O-8 S-RJ